



A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA COMO METODOLOGIA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS, REFLEXÕES E EMBATES

Larissa Magalhães Rangel Corrêa¹

Rosilane Cirilo Pereira²

Luiz Gustavo Borges do Rosario³

Mirella dos Santos Damas⁴

Maria da Penha de Sousa Borges do Rosario⁵

RESUMO: Este estudo está centrado no campo da psicopedagogia, a qual nasceu da necessidade de compreender melhor o indivíduo e o processo de aprendizagem e os respectivas desafios e fatores que influenciam ou interferem nesta prática, bem como metodologias que ajudem neste processo de aprendizagem. Estudos contemporâneos revelam a *Applied Behavior Analysis* – ABA, ou em português, Análise do comportamento aplicada, como uma ferramenta para aumentar o repertório comportamental de portadores de Transtorno do Espectro Autista - TEA. Este trabalho objetiva estudar a ABA como metodologia de ensino para alunos autistas. Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfica considerando os estudos e contribuições de autores como Tramuja (2010), Klin (2006), Stelzer (2010) e Lear (2004), dentre outros, buscando evidenciar toda a contribuição que a ABA pode acarretar para a vida de uma pessoa autista, bem como a importância do suporte psicopedagógico ante a vida deste indivíduo. Concluiu-se a importância do método da ABA no processo de aprendizagem de pessoas autistas, fazendo com que estes indivíduos desenvolvam habilidades para se inserirem na sociedade e para que alcancem sua autonomia. Vivemos um momento de transição e quebra de paradigmas, e as conquistas já consolidadas pela população com autismo e seus familiares e aliados não podem ser desvalidadas e as estruturas desmanteladas, como se não tivessem um valor histórico indiscutível na complexa rede de relações que constituem o sujeito social contemporaneamente.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Autismo. Análise do Comportamento Aplicada.

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert – ISEPAM. E-mail: larissarangelcorrea@gmail.com

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert – ISEPAM. E-mail: rosilanepereira@hotmail.com

³ Especialista em Ciência da Religião pela Faculdade da Região Serrana – FARESE. E-mail: mirellasantosdamas@gmail.com

⁴ Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais pela Faculdade da Região Serrana – FARESE. E-mail: luizgustavoborges@outlook.com.br

⁵ Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial pela Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP. E-mail: mpenhasborges@gmail.com



Introdução

O presente trabalho tem como tema a utilização da Análise do comportamento aplicada como metodologia de ensino no processo de aprendizagem de portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA, evidenciando como este método pode auxiliar na obtenção da autonomia do autista.

Algumas questões que nortearam este trabalho foram: a atuação do psicopedagogo no processo de aprendizagem de autistas; e metodologias que podem auxiliar a aprendizagem do autistas, em especial a ABA, e seus benefícios.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido objeto de estudo e preocupação por profissionais de diversas áreas, por depender de fatores interligados ao comportamento e sociabilidade. E ao se falar desta temática, também é estudado mecanismos que busquem auxiliar no desenvolvimento das habilidades destes indivíduos.

Um exemplo destes mecanismos, é a ABA, Applied Behavior Analysis (em inglês), ou Análise Comportamental Aplicada (em português), ou também conhecida como Análise do Comportamento Aplicada (como é mais comum no Brasil) pode ser caracterizada como um sistema teórico para a explicação e modificação do comportamento humano baseado em evidência empírica. O psicopedagogo, devido a sua ampla formação, se torna o profissional adequado para atuar no processo de diversas aprendizagens. Este profissional, uma vez que munido com informação e conhecimento, pode contribuir imensamente com o desenvolvimento de portadores do autismo.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, ou seja, não ocorreu uma pesquisa empírica, mas sim uma pesquisa bibliográfica em uma literatura já existe previamente. Neste trabalho em questão foram utilizados autores como como Tramuja (2010), Klin (2006), Stelzer (2010) e Lear (2004), autores que dialogam com a temática da análise do comportamento aplicada, mas que a utilizam pela perspectiva da inclusão, isto é, mostrando caminhos da utilização desse método para a facilitação do cotidiano do autista.

Bento (2012) relata que a revisão de literatura

[...] envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema (BENTO, 2012, p. 1).



O presente artigo procura iniciar uma pesquisa reflexiva sobre a temática e contribuir com o estudo sobre a o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, neste caso, autistas, em conjunto com a comunidade educativa, afirmando sua importância para a afirmação do direito de todos a educação. O processo de ensino de autistas adquiriu uma imensa relevância logo após a Declaração de Salamanca, um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão. Dessa forma, este trabalho objetiva aprofundar ainda mais sobre o tema da utilização da Análise do comportamento aplicada e o processo de ensino aprendizagem, descrevendo seus benefícios e desafios presente nesta prática.

Vide a função social da escola e o fato de que a população com deficiência possui o direito, assim como as demais pessoas, de avançar na escolarização básica, bem como ter acesso aos diferentes espaços e serviços da sociedade, as condições desse acesso e permanência precisam ser melhoradas, inclusive na escola.

Considerando essa problemática, este estudo voltou-se para os portadores do transtorno do espectro autista, os protagonistas no processo de aprendizagem, evidenciando também o docente, baseando-se na revisão de literatura.

Transtorno do Espectro Autista: Histórico e Conceituação

A primeira vez em que o termo "autismo" foi utilizado, ocorreu em 1908, pelo psiquiatra Eugen Bleuler. O termo foi usado para descrever um paciente que sofria de esquizofrenia que se retirasse em seu próprio mundo.

Em 1943, Leo Kanner, publicou o artigo “Os distúrbios autísticos do contato afetivo”, onde relatou 11 casos que se descreviam como “incapacidade de relacionar-se” de formas usuais com as pessoas desde o início da vida. Kanner fez uso da noção de autismo descrita por Eugen Bleuler como um dos principais sintomas da esquizofrenia, e ainda enfatizou a descrição destas crianças cujo distúrbio patognomônico seria “a incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (KANNER, 1943, p. 242). Kanner acreditava que o autismo fosse causado por pais altamente intelectualizados, pessoas emocionalmente frias e com pouco interesse nas relações humanas.

Em 1944, Hans Asperger, trabalhando separadamente de Kanner e sem ter noção dos estudos do mesmo, escreve o artigo “A psicopatia autista na infância”, acerca de crianças com características semelhantes ao autismo, ou seja, crianças que possuíam dificuldade em sua comunicação, entretanto, possuíam inteligência normal (GADIA, 2006).



Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma imensa desordem acerca da natureza do autismo e sua etiologia. A crença mais comum era que, assim como Kanner acreditava, o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos a seus filhos, ou seja, pais frios e distantes (KLIN, 2006). Sobre este período, Stelzer comenta que:

[...] a partir da década de 1950, o autismo sob o prisma freudiano, bastante em voga naquele período, como uma síndrome de alteração do ego resultante de rejeição inconsciente dos pais. Com base no conceito das “mães-geladeira”, como um passo aparentemente lógico, psicoterapia tanto para os pais como para os portadores de autismo (STELZER, 2010, p. 15).

No começo da década de 1960, uma enorme quantidade de evidências começou a aglomerar-se, indicando que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância do indivíduo e encontrado em todos os lugares e grupos socioeconômicos e étnico-raciais que foram investigados.

Em 1978, o psiquiatra Michael Rutter, revolucionou a classificação do autismo quando propôs uma definição deste transtorno com base em quatro critérios: 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos 30 meses de idade (KLIN, 2006).

No ano de 1980, a definição inovadora de Michael Rutter e o grande crescimento de pesquisas científicas acerca do autismo, influenciaram a elaboração do DSM-III⁶. O autismo pela primeira vez foi reconhecido e colocado em uma nova classe de transtornos, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Este termo reflete o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas (KLIN, 2006).

Um ano após, em 1981, a psiquiatra Lorna Wing descreve o conceito de autismo como um espectro e cunha o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Suas pesquisas mudaram a forma como o autismo era enxergado e sua influência foi repercutida ao redor do mundo. Pesquisadora, clínica e mãe, Lorna Wing lutou para defender uma melhor

⁶ Terceira versão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diversas categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - APA).



compreensão e serviços para portadores do autismo e suas famílias. Wing ainda fundou a *National Autistic Society*⁷, junto com Judith Gould, e o Centro Lorna Wing (STELZER, 2010).

No final da década de 1980, em 1988, o psicólogo Ivar Lovaas publica um estudo sobre a análise do comportamento. Nesse estudo 19 crianças entre 4 e 5 anos, diagnosticadas com autismo, foram submetidas a 40 horas de atendimento – intervenção precoce intensiva, e, depois de dois anos, o QI delas havia aumentado 20 pontos em média (LOVAAS, 2002).

Em 1994, foi lançada a quarta versão do DSM, sendo analisados novos critérios potenciais para o autismo, assim como as várias condições candidatas a serem incluídas na categoria TID.

Essa quarta versão do manual é dividida da mesma forma que o DSM-III e o DSMIII-R. No entanto, algumas modificações foram percebidas nessa edição. Em vez de meramente descrever e agrupar os sintomas, a APA acrescentou alguns itens antes de deduzir os respectivos critérios semiológicos, entre eles características e transtornos associados, características específicas à cultura, à idade e ao gênero, prevalência, padrão familiar e diagnóstico diferencial (ALVARENGA; FLORES-MENDOZA; GONTIJO, 2009, p. 262).

Em dezembro de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o dia 02 de abril o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado pela primeira vez em 2008. Esse ato pelo seu simbolismo abriu possibilidades para um maior diálogo entre as famílias, profissionais da área e os próprios indivíduos com autismo.

Em 2013, é lançado a quinta edição do DSM, onde categoria dos Transtornos Invasivos Do Desenvolvimento será abolida e, em seu lugar, será definido um grupo de “Transtorno do Espectro Autista”. O DSM-V classifica a Síndrome de Asperger como parte do TEA. Os pacientes com Síndrome de Asperger apresentam diagnóstico mais tardio, pois geralmente não ocorre atraso de linguagem verbal e a cognição é preservada.

Baird e Norbury descrevem as modificações feitas no DSM-V para o diagnóstico de TEA e TEL. Os transtornos de espectro autista passam a ser avaliados a partir de dois domínios: comunicação social e interação social (em que todos os critérios neste domínio devem ser atendidos) e padrões restritos e repetitivos de interesses, comportamentos ou atividades (em que dois dos quatro critérios devem ser evidentes). Em contrapartida, o DSM-V reconhece que transtornos de linguagem têm impacto na capacidade social do indivíduo, mas, embora isso possa ser um desafio, há preservação do impulso de socialização. Estes indivíduos diferem TEA principalmente por apresentarem reciprocidade e compartilhar interesses, emoções e

⁷ Instituição de caridade britânica para pessoas autistas. O objetivo da organização é melhorar a vida das pessoas autistas no Reino Unido.



Apesar da história acerca do autismo ultrapassar décadas e até mesmo séculos, ainda existe dúvida sobre sua real definição e o que ele é. Para Orrú (2012), o conceito de autismo traduz-se como uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo. É um termo utilizado dentro da área da psiquiatria, para descrever comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo.

Muitos pensam que o autismo é uma doença, entretanto, a verdade é que, o autismo é uma condição neurológica, caracterizada por dificuldades no desenvolvimento da linguagem, nos processos de comunicação, na interação e no comportamento social.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o autismo se conceitua como uma síndrome que se faz presente desde o nascimento e se apresenta antes dos 30 meses de idade. Cunha (2013) corrobora a afirmação da OMS, explicando que o autismo se trata de uma síndrome complexa que varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas, e por apresentar heterogeneidade há mudanças no seu diagnóstico, e inclusive da nomenclatura que passou recentemente para “Transtorno do Espectro Autista”.

Os sintomas do autismo configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável. O autismo é um transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e amenizar os sintomas.

Diversos são os estudos acerca do Transtorno do Espectro Autista, entretanto, não existe consenso sobre a técnica de trabalho mais eficaz com os discentes portadores deste transtorno. Sobre esta ótica, o modelo dos atendimentos, multidisciplinares ou interdisciplinares, objetivam contribuir com a melhoria de uma das principais características do autismo: a dificuldade de generalização. Todavia, isso necessita da ampliação do tempo de investimento na criação dos vínculos com cada profissional, visto que a criança portadora deste transtorno possui agravantes problemas de interação (KWEE, SAMPAIO, ATHERINO, 2009).

Desse modo, as bases do tratamento do autismo envolvem métodos de mudança de comportamento, programas de trabalho e terapias de linguagem e comunicação (GADIA, TCHMAN; ROTTA, 2004).

A formação de professores ante a educação inclusiva



Para tentar cumprir a tão almejada educação de qualidade para todos os cidadãos, o passo inicial é a discussão acerca da formação de professores. Apesar de não receberem um investimento adequado durante a formação, seja ela inicial ou continuada, é cobrado dos docentes novas práticas e competências no ambiente escolar. É exigido do docente uma habilidade para a compreensão da diversidade e peculiaridades que permeiam o ambiente escolar, mesmo que o docente nunca tenha tido contato com a temática durante a graduação.

Nóvoa (1992), explica que a formação docente é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo, pois não se formam apenas profissionais, mas se produz uma profissão. Ser professor é algo complexo, pois compreende a formação do homem, e exige do docente dedicação e consciência, pois ele está lidando com seres humanos, e exercem um impacto sobre a vida deles, seja direta ou indiretamente.

Muitos tem a premissa que a docência seja uma tarefa fácil, que o papel do professor é estudar para “passar o conteúdo”, como se a escola fosse um depósito de seres humanos. Freire (1996, p. 27) critica esta visão ao afirmar que “ensinar não é transmitir conhecimento” e os docentes não são meros transmissores de “conteúdos”. Ser um docente exige muito mais do que aprender conteúdos para depois transmiti-los, Freire (1996, p. 14) ainda esclarece que “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”.

Ao discorrer sobre a questão da educação inclusiva é de suma importância destacar os norteadores do funcionamento deste processo. É relevante considerar a formação continuada e inicial dos professores, a relação que os alunos especiais têm com os demais alunos da sala, a coordenação que há para esses alunos e como a inclusão ocorre no ensino regular, e os resultados demonstrado na aprendizagem dos educandos.

A priori deve-se considerar que a inclusão escolar instituída como lei encontra-se em situações variáveis, pois o que se espera que aconteça demonstra saltos de inatividade ao se deparar com as respostas dos professores. Encontramos destaque como, não há uma estruturação de como proceder com esses alunos em sala de aula, a falta de recursos, do apoio que esses professores recebem, os materiais concretos para promover uma aprendizagem mais significativa. Apesar que na atualidade muito tem se discutido sobre e como incluir o aluno especial no ensino regular, e os direitos e deveres na escola para eles tem avançado, mostram ainda mais os resultados que a discussão em torno dessa temática provoca.



Paulon (2005) destaca que o “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais presentes para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola. Na prática vê-se o professor despreparado para agir conforme a necessidade do aluno, sendo esse um dos maiores desafios, o que acarreta a dificuldade para preparar currículos individuais e atividades que contemple a necessidade de cada um.

Os cursos de formação de professores raramente discorrem sobre a educação inclusiva e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos portadores de deficiências. Ainda sobre esta temática, os autores salientam que existe a necessidade de introduzir modificações tanto na formação inicial do educador quanto na formação continuada e sistemática, ao longo da carreira docente e demais profissionais da educação (PEZZUTO; CAMARGO, 2012).

Dessa forma, compreende-se um processo que luta para sua emancipação plena, pois com a falta de estrutura da organização educacional nas escolas, do como agir e os pré-requisitos de como o professor trabalhará nasce várias discussões sobre ineficiência da inclusão, e de como muitas vezes ela promove a exclusão do aluno, fomentando mais sua segregação do que união, pois a falta de tempo e a exigência que demanda de como os conteúdos precisam ser trabalhados com alunos não chega ao esperado, provocando os resultados negativos.

Logo, a formação do professor deve ser um processo interrupto que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe fixa para lhe proporcionar o suporte necessário. Trata-se, de desencadear um processo coletivo que busque a compreensão dos motivos pelos quais muitos alunos não conseguem encontrar um “lugar” na escola, levando-os a reflexão, para que tenham acesso à educação de forma adequada e se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e inseridos na sociedade (PEZZUTO; CAMARGO, 2012).

A visão de BUENO (1999, p.18) a respeito da formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência é que:

(...) há de se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do aluno, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvem práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com deficiência.



Conseqüentemente, levando em consideração a demanda que existe de alunos portadores de deficiências que estão sendo matriculados na escola comum, reafirmamos o compromisso dos professores com a organização de escolas inclusivas e os desafios postos à sua formação.

ABA – Applied Behavior Analysis (Análise do Comportamento Aplicada) e sua aplicabilidade na dimensão educacional

O método ABA ou Análise do Comportamento Aplicada caracteriza-se em um ensino intensivo das habilidades do indivíduo portador do transtorno do espectro autista. A ABA é a ciência voltada a compreensão e melhoramento do comportamento humano, e pode ser descrita como uma técnica sistemática para o entendimento dos comportamentos com relevância social.

Para Camargo e Rispoli (2013, p. 642), a ABA também pode se consistir em “uma tecnologia que é aplicada em situações de vida reais onde comportamentos apropriados e inapropriados podem ser melhorados, aumentados ou diminuídos”.

Segundo Tramuja (2010), o funcionamento da ABA ocorre de maneira em que, uma vez que o comportamento passa a ser analisado, é traçado e implementado um plano de ação para modificar aquele específico comportamento. A ABA derivado do campo científico do Behaviorismo, que trabalha de modo interdisciplinar, analisando e explicando a associação entre ambiente, aprendizagem e comportamento humano.

A ABA pode ser utilizada como base para ensinar crianças portadoras do transtorno do espectro autista. A utilização da ABA na maioria dos casos é iniciada em casa, quando a criança ainda é pequena, devido a intervenção precoce ser de suma importância. O envolvimento das pessoas do núcleo familiar na aplicação da ABA é uma grande contribuição para o seu sucesso. Já no contexto escolar, a ABA é usada com sessões, geralmente individuais, com carga horária entre 30 e 40 horas por semanas (TRAMUJAS, 2010).

Algumas curiosidades sobre este método é que o mesmo não é aversivo, punições são extremamente rejeitadas, e se é focado na premiação do comportamento almejado. O currículo a ser seguido é individualizado, porém, normalmente engloba as habilidades sociais, linguísticas, acadêmicas, de cuidados pessoais, motoras e de brincar.

O tratamento comportamental analítico do autismo visa ensinar à criança habilidades que ela não possui, através da introdução destas habilidades por etapas. Cada



habilidade é ensinada, em geral, em esquema individual, inicialmente apresentando-a associada a uma indicação ou instrução. Quando necessário, é oferecido algum apoio (como por exemplo, apoio físico), que deverá ser retirado tão logo seja possível, para não tornar a criança dependente dele. A resposta adequada da criança tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ela, o que na prática é uma recompensa. Quando a recompensa é utilizada de forma consistente, a criança tende a repetir a mesma resposta (MELLO, 2007, p.37).

Lear (2004) explica que o currículo da ABA é individualizado e fragmentado em uma série de categorias, tais como de cuidados pessoais, sociais, de linguagem, acadêmicas, dentre outras, classificadas em níveis de dificuldade, de forma que se inicie com habilidades básicas e evolua para desenvolver as mais complexas. Alguns programas que compõem o currículo são: Programa de Linguagem Receptiva, onde contém o apontamento para objetos quando solicitado, seguir instruções de um passo, apontar para partes do corpo; Programa Habilidades de Imitação, contendo a imitação de ações motoras amplas, ações motoras finas e ações com objetos; Programa Habilidades de Cuidados Pessoais, englobando tirar as roupas, usar colher e garfo e usar o toalete.

Depois de serem selecionados, os programas serão estabelecidos de forma que todos saibam quais instruções serão passadas, como apresentar os materiais que poderão ser utilizados e qual resposta será aceitável.

Acerca da utilização da ABA no contexto educacional, Skinner (2006) defende que se encontram alguns princípios norteadores, presentes na estrutura do comportamento, que podem auxiliar a antecipar a possibilidade de alguns comportamentos se repetirem.

O principal método utilizado pela ABA é o Ensino por Tentativas Discretas (Discrete Trial Teaching – DTT), esse método tem um formato estruturado, comandado pelo docente, e conceitua-se por separar sequências complicadas de aprendizado em passos pequenos ou “discretos” ensinados um de cada vez durante uma série de “tentativas”, junto com o reforçamento positivo – a premiação - e ajuda que for precisa para alcançar o objetivo almejado.

Lear (2004) ainda salienta a importância de que apesar do termo “DTT” ser frequentemente usado como sinônimo de “ABA”, ele não o é. A ABA é muito mais extensa e inclui diversos tipos de intervenções, estratégias de ensino e manejo comportamental. Logo, DTT é apenas um método inserido dentro do campo da ABA.

A teoria comportamental é longa, e alguns de seus conceitos mais abrangentes são complexos, porém, é possível repassar seus princípios básicos para aplicação, em vários casos e não só com alunos com TEA. O docente ou qualquer outro membro do corpo pedagógico da



instituição de ensino, ao se familiarizarem com alguns conceitos, poderão melhorar o manuseio comportamental de seus discentes e trabalhar com as contingências de reforçamento mais adequadas à realidade do aluno. A atuação de um psicopedagogo poderá ter grande relevância, com sua atuação direta, com os alunos, ou orientando e assessorando o trabalho dos profissionais da educação.

Considerações finais

Portanto, analisando e compreendendo o processo histórico que evidencia trajetória do transtorno do espectro autista, pode-se considerar que a sociedade, atravessou diversas fases no que se refere ao tratamento destinado a pessoas com deficiência. Contudo, ainda se encontram questões que se conceituam como desafios a serem superados. Estas questões demandam ampliação dos debates acerca das condições em que se efetiva o processo de ensino-aprendizagem de autistas.

A partir de o nascimento se começa o processo de aprendizagem e perpassa por toda vida. A aprendizagem é um processo fundamental da nossa vida. Todo ser humano aprende e, por meio da aprendizagem, desenvolve os comportamentos e as habilidades que o permitem viver em sociedade e superar seus desafios e limitações. O autista deve receber todo auxílio especializado para desenvolver as condições necessárias para obter uma aprendizagem significativa.

O universo do portador de TEA é complexo e intrigante, mas atender e planejar uma ação adaptativa para esse indivíduo requer de o psicopedagogo criar caminhos para que pessoas autistas o sejam reconhecidas como indivíduos especiais, mas como cidadão, que assim somos todos nós, possuem suas singularidades e complexidades e que merecem serem respeitadas. Se faz preciso que o psicopedagogo aprenda a se relacionar com a realidade do mundo autista, pois, dessa forma, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar é o aluno.

No Brasil, a ABA está gradualmente crescendo como um método de intervenção para o portador de TEA, mas apenas poucos profissionais possuem treinamento apropriado na área. Os avanços da ABA como uma ciência aplicada tem sido restrito no país devido a um maior foco em investigações e treinamento em pesquisa básica dos princípios do comportamento e pouco investimento em pesquisa e treinamento sobre a aplicação destes princípios para promover comportamentos socialmente importantes.



Ainda requer esforços da comunidade científica da ABA no Brasil para desenvolver a pesquisa e a prática nesta área, em conformidade com as dimensões e princípios éticos que a constituem. Desse modo, enquanto o campo gradativamente progride, a ABA cumprirá sua função de melhorar a qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas com transtornos do espectro do autismo.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. A. S.; FLORES-MENDOZA, C. E.; GONTIJO, D. F. **Evolução do DSM quanto ao critério categorial de diagnóstico para o distúrbio da personalidade antissocial**. J Bras Psiquiatr. Rio de Janeiro: 2009, p. 258-266
- BENTO, A. **Como fazer uma revisão da literatura**: Considerações teóricas e práticas. Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, p. 42-45, 2012.
- BUENO, J.G.S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores**: generalistas ou especialistas? Revista de Educação Especial. Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-25, set. 1999.
- CAMARGO, S. P. H.; RISPOLI, M. **Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo**: definição, características e pressupostos filosóficos. Revista Educação Especial. Santa Maria, v. 26 n. 47, set./dez. 2013.
- CUNHA, A. E. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – idéias e práticas pedagógicas. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.
- FAÉ et al. **Diagnóstico diferencial entre transtornos de espectro autista e transtorno específico de linguagem receptivo e expressivo**: uma revisão integrativa. Rev Med Minas Gerais. Minas Gerais: 2018, p. 1-7.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADIA, C. Aprendizagem e Autismo. In: ROTTA, N. T. OHLWEILER, L. RIESGO, R.S. **Transtornos da Aprendizagem**: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre. Artmed, 2006. P.423-434.
- KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact**. Nervous Child, Baltimore, v. 2, p. 217-250. 1943.
- KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger**: uma visão geral. Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo: 2006, p. 1-9.
- KWEE, C. S., SAMPAIO, T. M. M. & ATHERINO, C. C. T. **Autismo**: Uma Avaliação Transdisciplinar Baseada no Programa Teacch. Revista CEFAC, Rio de Janeiro, v.11, 2009.



LEAR, Kathy. **Help Us Learn: A Self-Paced Training Program for ABA**. Toronto, Ontario – Canada, 2ª edição, 2004.

LOVAAS. O. I. **Ensinando indivíduos com atrasos de desenvolvimento**: Técnicas básicas de intervenção. Texas: PRO-ED. 2002. Disponível em:
<<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2015/08/Autismo-Lovaas.pdf>>
Acesso em: 23 jun. 2019.

MELLO, A. M. S. R.. **Autismo**: guia prático. 7ª Edição. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

NASCIMENTO, G. A.; SOUZA, S. F. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**: possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada. Rev Paidéia. Belo Horizonte: 2018, p. 163-185.

ORRÚ, S. E. **Autismo, Linguagem e Educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005.48 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PEZZUTO, S. M. C.; CAMARGO, E. P. Atendimento Educacional Especializado para alunos com baixa visão. In: FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier; JANES, Maria Claudia Brito, Robinson (org.). **A Construção da educação inclusiva**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. Traduzido por Maria da Penha Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

STELZER, F. G. **Uma pequena história do autismo**. Rio Grande do Sul: Editora Oikos, 2010.

TRAMUJAS, J. Q. **A psicopedagogia e a aprendizagem nos transtornos de espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2010.